



REDUÇÃO DOS SALÁRIOS, INCLUSIVE DOS SERVIDORES!

Essa é a saída apresentada por governos e parlamentares

O governo, através da MP 936, permite que os patrões suspendam temporariamente o contrato de trabalho, reduzam os salários em 25%, 50% ou 70%, com redução de jornada de trabalho correspondente ou demita os trabalhadores. Até o dia 13/4, já haviam sido efetivadas mais de 1 milhão de rebaixamentos salariais por meio desta medida.

Segundo projeção realizada pela Fundação Getúlio Vargas, além da queda acentuada nos salários, o desemprego pode atingir 12,6 milhões de trabalhadores, mais do que dobrando o número de desempregados no país.

Quanto aos R\$ 600,00 oferecidos aos trabalhadores desempregados e informais, cuja renda média é de R\$ 1.464,00, é absurdo por ser abaixo de 1 salário mínimo.

Agora querem atacar os servidores públicos!

O presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, que pretendia apresentar um projeto de lei que reduz os salários de todos os servidores públicos, incluindo os salários dos parlamentares, desistiu de fazê-lo, após o ministro Guedes colocar-se contrário e apresentar a proposta de congelar por 2 anos os salários dos servidores públicos.

Entretanto, agora são os governadores e os parlamentares das Assembleias

Legislativas que estão discutindo projetos de lei que rebaixam os salários dos servidores públicos, com apoio de grande parte da imprensa.

A Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) já está estudando um projeto de lei neste sentido.

É inaceitável qualquer proposta que reduza salários, tanto nas empresas privadas quanto no funcionalismo público.

Diretoria do Sintusp propõe resistência a qualquer tentativa de rebaixamento salarial!

Em reunião realizada por videoconferência, a diretoria do sindicato decidiu procurar o Fórum das Seis, APEOESP, SindSaúde etc. para organizar a luta contra qualquer proposta de rebaixamento, além de procurar imediatamente parlamentares da ALESP.

Os parlamentares podem sem nenhum problema ter seus salários rebaixados temporariamente, não apenas por terem altos salários, como também por terem vários outros benefícios. O servidor não tem reservas bancárias, com raríssimas exceções, e tem seu salário totalmente comprometido.

Conclamamos todos a ficarem atentos para, se necessário, irmos à luta!

O governo que tire dos banqueiros, das grandes fortunas e das grandes empresas o necessário para bancar os salários e a renda dos trabalhadores formais, informais e dos servidores públicos do país durante essa pandemia de coronavírus.

OBS: O Fórum das Seis está acompanhando toda a movimentação na ALESP. Por enquanto não há nada concreto com relação à proposta de rebaixamento de salário.

**FORA BOLSONARO E MOURÃO!
NENHUM CENTAVO OU DIREITO A MENOS!**

HU **Contratação e liberação dos grupos de risco JÁ!**

Apesar da gravidade da pandemia e da importância fundamental dos trabalhadores da saúde neste momento, muitos deles fazem parte do grupo de risco (no HU são 316 de um total de quase 1400, conforme dados oficiais), e estão em situação de gravíssima exposição ao novo coronavírus! Estes trabalhadores precisam ser urgentemente liberados para cumprir quarentena, e para isso é fundamental que ocorra a contratação emergencial, sem mais delongas nem burocracia, pois a cada dia aumenta o risco às suas vidas.

Enquanto isso, todos os setores devem fazer esforços para minimizar a exposição de

companheiras e companheiros com problemas de saúde, gestantes, lactantes ou maiores de 60 anos. Todas as áreas devem verificar as possibilidades de teletrabalho, escalas mínimas e rodízio.

A responsabilidade por essas vidas é de todos: reitoria, superintendência, chefias dos setores. Chega de omissão! O governador João Dória anunciou a contratação emergencial de 1185 funcionários da área da saúde, a USP precisa contratar também!

O SINTUSP vem acompanhando, junto aos trabalhadores, toda essa situação e a indignação das trabalhadoras e trabalhadores tem crescido a cada dia que passa.

E os Equipamentos de proteção individual???

A proteção individual, sobretudo respiratória, é impositiva para todos que estão nos serviços de saúde, sejam pacientes suspeitos ou não de COVID-19, sejam trabalhadores de todas as áreas administrativas ou de assistência direta ao paciente. As orientações de uso de máscara cirúrgica por até 6 ou 12 horas são inaceitáveis, mesmo que isso seja recomendação da ANVISA. Nunca foi

recomendado o uso deste equipamento por tanto tempo, e não é agora, no momento de maior necessidade, que podemos aceitar.

O SINTUSP está acionando novamente a justiça, informando sobre o descumprimento das determinações judiciais sobre o fornecimento de EPIs e exigindo novamente a regularidade no fornecimento, bem como o acesso aos dados sobre compras, estoques e uso dos EPIs.

Testagem de funcionários e transparência

É fundamental que a direção do hospital seja transparente nas informações. As orientações que chegam apenas para as chefias, na maioria das vezes, não chegam aos funcionários. Não há comunicações

oficiais sobre quantos funcionários fizeram teste ou quantos tiveram comprovadamente a COVID-19, sendo todas informações fundamentais para a categoria e para a sociedade.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Parado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SPCEP: 05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br